



(De)Othering

Consulta pública relativa ao Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025

Contributos sobre ponto 10, relativo a meios de comunicação social e o digital

O *(De)Othering: Desconstruindo o Risco e a Alteridade: guiões hegemónicos e contra-narrativas sobre migrantes/refugiados e “Outros internos” nas paisagens mediáticas em Portugal e na Europa* tem vindo a analisar conteúdos nos media (imprensa escrita e televisão) no que diz respeito às formas como são representados grupos racializados, frequentemente vistos como externos aos territórios nacionais e associados a perigos para a comunidade, com o objetivo de mapear a circulação e co-construção de narrativas mediáticas dominantes e alternativas no espaço nacional e europeu. Entendemos por pessoas racializadas aquelas que pertencem a grupos que sofreram e sofrem o processo de alterização social, político, mediático e religioso que as identificou como pertencentes a uma ‘raça’ diferente (e inferior) ao do grupo considerado maioritário, construído como a norma. Entendemos também que estas representações são ainda produto da interseção entre diferentes eixos de poder como o género, orientação sexual, religião ou a classe social, entre outras. As recomendações que se seguem devem, assim, ser lidas à luz desta perspetiva de interseccionalidade e baseiam-se nos resultados da nossa análise comprometida com uma agenda de paz, justiça e transformação social que privilegie representações promotoras de empatia e solidariedade.

Sobre meios de comunicação social:

Promover estudos, auditorias e debates que reflitam sobre racismo nos media no presente e no passado, incluindo no que diz respeito à formação, às estruturas de produção noticiosa, nomeadamente a contratação e o tratamento de trabalhadores com diversos perfis étnico-raciais; à cobertura, nomeadamente agenda, enquadramentos, representações veiculadas e vozes ouvidas, às audiências e, de forma transversal, às relações com comunidades racializadas.

Evitar que os meios de comunicação social abusem de programas de estágio não remunerado e de posições temporárias, que frequentemente contribuem para a exploração de trabalhadores e situações de desvantagem, que afetam especialmente as pessoas racializadas, mas não exclusivamente.

Sobre formação:

Promover a integração de conteúdos sobre racismo na formação superior e profissional de jornalistas.

Dirigir formação antirracista a redações, pessoas em cargos de gestão e de liderança. A formação deve ser conduzida por pares, especialistas e organizações comprometidas com o antirracismo.

Garantir que as oportunidades de formação profissional adicional e de progressão na carreira abrangem a diversidade etno-racial dos e das jornalistas, por forma a assegurar que jornalistas racializados participem na produção de notícias em todas as áreas/secções.

Sobre produção noticiosa:

No ponto sobre estimular a promoção de maior inclusão e diversidade (4), acrescentar a promoção da inclusão de jornalistas racializados nas redações em todas as seções jornalísticas (não só as que estão relacionadas com o racismo e comunidades racializadas); assim como a promoção de maior diversidade em espaços de maior poder de decisão nos media (editorias). Uma maior inclusão de profissionais racializados deve ser ainda promovida nas áreas de entretenimento. Segundo Helena Vicente (2019), no período de 1992-2017, apenas 36 profissionais negros tinham presença regular na programação televisiva no país, ficando reduzidos a 16 no caso de excluirmos a RTP África. Promover ainda a diversificação dos espaços de opinião e de quem a produz, no sentido de proceder a uma escolha criteriosa dos/as comentadores/as de acordo com a sua formação profissional e científica, evitando análises superficiais que muitas vezes apenas reforçam o senso-comum e reproduzem estereótipos.

Garantir a criação e/ou aplicação de códigos de conduta/guias de estilo que sirvam de recursos para a cobertura de questões relacionadas com racismo, antirracismo, migrações, igualdade de género e feminismo, orientação sexual, identidade de género, religião e incapacidade, assim como saúde mental, suicídio, desastres naturais, conflitos armados e situações de violência. Estes guias também devem refletir sobre como fazer uma cobertura de forma não extractiva e exploradora. Estes guias de estilo podem ter em conta a Carta de Roma e o guia E-media toolkit “Migration reporting learning for the media by the media” (2019), desenvolvido pela FRA, a European Broadcasting Union, o Ethical Journalism Network e a Federação Europeia de Jornalistas.

Promover ainda o desenvolvimento de adotar guiões éticos na cobertura de assuntos de política internacional, incluindo a representação de regiões, países terceiros, povos, nomeadamente no que diz respeito a políticas migratórias, terrorismo e contraterrorismo, cooperação e humanitarismo.

Criar e divulgar mecanismos acessíveis de análise e responsabilização por incidentes de racismo no local de trabalho.

Apoiar projetos mediáticos alternativos/não mainstream, incluindo aqueles associados a colectivos antirracistas, antixenófobos, etc.

Sobre cobertura:

Promover a diversificação das fontes das notícias, independentemente do assunto. Como aponta o relatório da ERC sobre os telejornais (2019: 28), as fontes relacionadas com grupos minoritários representam uma parte reduzida, aproximadamente igual a 1 % no “Telejornal”,

“Jornal 2”, “Jornal da Noite” e “Jornal das 8”; já no “CM Jornal 20H” estas representam 0,2 % do total de fontes identificadas.

Promover ainda a diversificação de temas, proveniência geográfica, protagonistas, de forma a cumprir a Lei nº 27/2007, de 30 de julho, alterada pela Lei nº 78/2015, de 29 de julho.

No que se refere aos conteúdos noticiosos que envolvam pessoas racializadas, evitar que as pessoas entrevistadas sejam apenas brancas. Segundo a ERC (2019), “(...) o protagonismo dos atores relacionados com grupos sociais [nas televisões] considerados como minorias é pouco expressivo nos cinco serviços noticiosos, atingindo aproximadamente 1 %, estando mais presentes no “Jornal da Noite” e “Jornal 2”. Sobressaem os atores identificados como imigrantes/refugiados/minorias étnicas, seguido das minorias religiosas. Grande parte dos protagonistas destas peças é representada pelos próprios indivíduos” (34).

Sobre audiências:

Apoiar iniciativas de desenvolvimento de literacia mediática e digital, destinadas a professores, estudantes e à população em geral.

Ana Cristina Pereira

Gaia Giuliani

Júlia Garraio

Rita Santos

Sílvia Roque

Sofia José Santos

Investigadoras do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra